

# Investimento nas Explorações Agrícolas

## O Futuro Traz-nos um



**Tito Rosa**

**Gestor do Programa AGRO**

**A suspensão actual de candidaturas justifica-se assim no princípio estrito da boa gestão dos recursos orçamentais em compatibilização com os critérios de política de financiamento consagrada no conteúdo e objectivos do Programa**

Entrámos no último ano de vigência do III Quadro Comunitário de Apoio. Os anos de 2007 e 2008 serão tempo de execução integral dos investimentos aprovados e financiados e de preparação e encerramento das contas. Entretanto novo Programa de apoio ao investimento deverá estar em pleno funcionamento possibilitando aprofundar a modernização da agricultura portuguesa e, nesse contexto, procurar inverter o seu envelhecimento através de operações eficazes de atracção dos jovens ao sector.

O actual Programa AGRO financiou, até finais de 2005, 15 862 projectos de investimento de criação, adaptação ou modernização de explorações agrícolas. Estes projectos, embora ainda nem todos concretizados (a sua realização física e financeira pode ocorrer após 2006), suportam um propósito de investimento que atinge 1,5 mil milhões de euros o que atesta, claramente, uma predisposição dos agricultores para encarem o sector como um sector de evidentes oportunidades e capacidades para poder, ainda que não generalizadamente nas actividades nem para todos, ser modo de vida e de negócio interessante. Deve-se dizer, muito poucas ou quase nunca é dito, que os agricultores portugueses têm investido, anualmente, no sector cerca de 250 milhões de euros.

A Medida 1 do Programa que financiou esse investimento com taxas médias de 40 %, num montante global de incentivos concedidos de 694 milhões de euros é a locomotiva da gestão material e financeira do Programa sendo a que maiores recursos tem orçamentados mas também a que mais recursos consome tendo em conta a sua elevadíssima procura.

Esta elevada procura quando confrontada com a necessidade de gerir recursos orçamentais, sobretudo os que provêm directamente do Orçamento de Estado, sujeito como se sabe a fortes condicionantes motivadas pelo esforço de ajustamento que vem sendo feito em sede do chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento, justifica e recomenda um controlo mais apertado e a aplicação, de forma quicá mais difícil e, por vezes, menos compreendida em virtude do número de promotores envolvidos, de uma selecção de prioridades no acesso aos apoios impossibilitando o financiamento de todas as candidaturas ainda que cumpram os requisitos técnicos mínimos para uma apreciação favorável.

É esta metodologia que a gestão do AGRO tem seguido desde inicio do ano de 2005 e

foi com base no balanço entre procura e disponibilidades de fundos da Medida 1 efectuada no final do ano que foi assumida a recomendação de suspender a entrada de novas candidaturas. Refira-se que a taxa de absorção bruta dos Fundos (montantes financeiros aprovados relativamente aos montantes financeiros orçamentados) era, no final de 2005, de 98% (a taxa média do Programa correspondia a 94%). Acrescente-se ainda que se não fora a aplicação de um regime de aprovações com base nos critérios de prioridade, a suspensão de novas candidaturas há muito que teria que ser desencadeada.

A suspensão actual de candidaturas justifica-se assim no princípio estrito da boa gestão dos recursos orçamentais em compatibilização com os critérios de política de financiamento consagrada no conteúdo e objectivos do Programa.

Também se justifica como medida de gestão transparente porque ao assumi-la evita-se que sejam criadas infundadas expectativas quanto à hipótese do seu financiamento, com maior ou menor prazo de dilação.

A hipótese de novos financiamentos a projectos de investimento da Medida 1 é, nestas circunstâncias, bastante remota, pelo menos nas condições de apoio actuais, as quais por cada euro aprovado utilizam 42 cêntimos de recursos públicos, sendo 10,5 cêntimos de Orçamento do Estado.

Embora conscientes das dificuldades que a situação possa criar sobretudo a todos os que antes de 2 de Janeiro de 2006 apresentaram candidaturas e ainda não viram a decisão tomada e, nestes, todos os que, eventualmente, iniciaram os respectivos projectos (é útil referir que as despesas realizadas antes de uma decisão são sempre da responsabilidade dos próprios promotores e também que os prazos de decisão que vinham sendo cumpridos, cerca de 90 dias, eram compatíveis, com uma atitude de prudência na assumpção de compromissos com terceiros!), pensamos ser mais proveitoso concentrar as nossas atenções no muito que fizemos até à data e se, sobretudo, o fizemos da melhor forma, da forma mais eficaz quando imaginamos se os milhões de euros de incentivos a fundo perdido concedidos asseguraram uma reprodução compatível em riqueza, competitividade e qualificação.

Certamente que sobre esta questão muitos terão certeza e bastantes terão dúvidas. E se os Relatórios de Avaliação ou de Execução identificam as vantagens de tão elevado esforço de

# Colas - O caso dos Jovens Agricultores

## um Desafio de Qualidade e Eficácia

apoio ao sector, outros dados e outras apreciações (até com certo cariz de auto crítica) não deixam margens para que não tenhamos em conta a absoluta necessidade de aplicar critérios de maior selectividade e de garantia de condições de sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental dos investimentos em que são aplicados, com significância, recursos públicos.

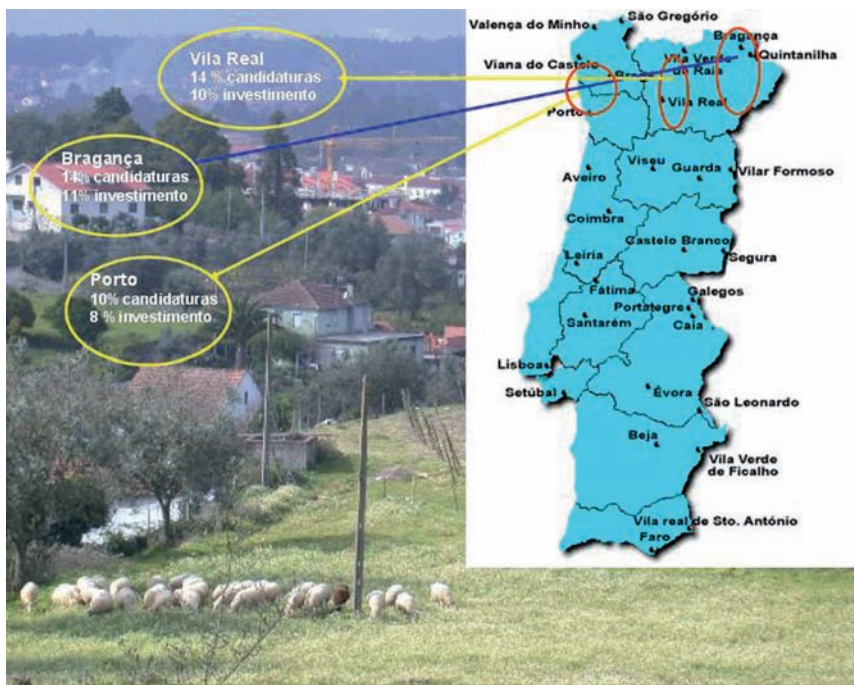
O modelo assente numa sobre-motorização absoluta ou relativa, nas prioridades “coladas” a actividades, algumas sem sustentação que não passe por transferências directas de rendimento, quase todas sem um perfil de desenvolvimento estratégico que privilegie a capacidade empresarial, o conhecimento e a tecnologia, a diferenciação qualitativa, a organização e cooperação intrasectorial, não nos tem permitido os ganhos de produtividade compatíveis com o investimento feito.

**Cerca de 5 000 Jovens Agricultores puderam iniciar a sua actividade no meio empresarial agrícola graças aos apoios públicos veiculados pelo Programa**

Também este raciocínio se pode aplicar, salvaguardadas as diferenças, no universo do segmento Jovens Agricultores, uma vez que todos os indicadores apontam hoje para que, apesar a optimização na utilização regulamentar dos apoios e discriminações positivas, tem, em matéria de eficácia da política, ficado suficientemente aquém dos objectivos de rejuvenescimento que mantêm, desde há muito, “assento” na 1ª fila das prioridades de política estrutural e de investimento na agricultura portuguesa.

Em média o AGRO financiou cada um dos Jovens Agricultores aprovados com 58 500 euros de incentivos (prémios e ajudas ao investimento) o que não deixa de ser muito relevante numa economia com as nossas dificuldades.

Embora vá situar-se abaixo do objectivo iniciado programado, cerca de 5 000 jovens agricultores puderam iniciar a sua actividade no meio empresarial agrícola graças aos apoios públicos veiculados pelo Programa. De uma forma



diversa e merecedora de aprofundada análise, não só económica mas também ao nível do comportamental e do social, a Norte do País com especial relevância nas regiões de Trás-os-Montes e do Minho. Nos Distritos de Vila Real, Bragança e Porto, como se pode ver na figura, instalaram-se cerca de 37 % dos Jovens e nelas foi realizado 36 % do investimento financiado. Se acrescentarmos os valores referentes ao Distrito de Braga, as duas Regiões referidas corporizam perto de metade da procura.

Releve-se ainda o impacto que se verifica nos seguintes quatro concelhos: Chaves, Miranda, Mogadouro e Póvoa do Varzim. Nestes Concelhos verificaram-se mais de um terço das instalações das duas Regiões nortenhas.

São números que nos devem conduzir a reflectir sobre os destinatários da política, o seu perfil, o método como os financiamos, certamente não inteiramente adequado, a eficácia com o que o fazemos e, até, o grau de atractibilidade económica de algumas actividades. Pondere-se bem a agricultura a tempo parcial, pondere-se melhor a multi-diversidade de rendimentos, reflecta-se com realismo a reforma antecipada e a sucessão real na exploração, reavalie-se factores de insucesso dissociando os administrativos, dos técnicos e dos financeiros.

Entrando numa nova fase de suporte ao desenvolvimento empresarial da agricultura portuguesa tudo o que iremos fazer, agora com mais de uma década de experiência feita, só pode ser de melhor forma, com soluções mais

criadoras mas ao mesmo tempo mais próximas da realidade e do tempo de como as coisas acontecem, com critérios de maior rigor, maior selectividade e mais racional utilização dos recursos.

Há que saber actuar ao nível de todos os factores que podem ou contribuem para a instalação e sucesso de um novo empresário, desenhando as medidas e concebendo os instrumentos que, com apoio público, melhor garantam esse objectivo.

O próximo futuro traz-nos um desafio de qualidade e eficácia como nunca antes tivemos. Porque não há mais tempo para aprender e existe todo o tempo para nos afirmarmos neste mundo de competitividade que, sem esquecer que as políticas públicas devam assumir formas de evitar rupturas sociais ou fenómenos de desumanização de regiões menos favorecidas, também não se deva colocá-las ao serviço de horizontes em futuro, de empresários sem mérito, de administrações ineficientes ou de “alimento” de negócios sem valia.

Devem as organizações profissionais que podem representar os jovens agricultores assumir um estatuto mais qualificado de participação neste processo, assumindo com maior visibilidade e empenho a mudança e rejeitando, o que a prazo sempre será penalizador, as soluções maximalistas mas pouco sustentadas. De certo que assim acontecerá.